

INFORMAÇÃO Nº 88/2016 – GAB/SEFIPE

Processo: 2.405/2016-e

Interessado: Tribunal de Contas do DF.

Assunto: Ressarcimento de valores percebidos do a título de Pró-Saúde - TCDF cumulados com Auxílio-Saúde - SE/DF.

Ementa: Processo autuado nos termos do item III da Decisão nº 156/2016, exarada nos autos do Processo nº 19.700/2014, para análise de mérito dos recursos interpostos contra a Decisão nº 4667/2015.

Análise de mérito. Pelo não provimento. Determinação.

Senhor Secretário,

Trata-se de análise de mérito dos recursos interpostos contra a Decisão nº 4667/2015.

2. A Auditoria de Regularidade, de que trata o Processo nº 19.700/2014, teve por objeto a verificação da legalidade de acumulações de cargos, empregos e funções pelos servidores do TCDF¹, bem como os procedimentos adotados pela Administração a fim de evitar situações em desconformidade com a legislação em vigor.

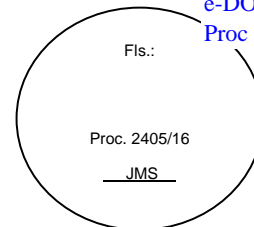
3. Na Sessão de 8.10.2015 (fls. 115), o Tribunal prolatou a Decisão 4677/2015, assim lavrada:

I – tomar conhecimento dos documentos constantes do Processo nº 9757/2015- apenso, encaminhados pela Secretaria-Geral de Administração/TCDF em atendimento à Decisão nº 1.383/15;

II – considerar adequadas as sugestões lançadas às fls. 49/51 do Relatório de Auditoria nº 11/2014;

III – determinar à Secretaria-Geral de Administração/TCDF que: 1) dê continuidade às medidas saneadoras noticiadas na Informação nº 667/2015-Seleg

¹ Auditorias com a mesma finalidade foram realizadas ou estão em andamento em outros órgãos e entidades do DF (Processo nº 29.581/2013 – SEDF; Processo nº 29.590/2013 – SESDF; Processo nº 19.696/2014 – CLDF; Processo nº 19.718/2014 – CAESB, CEB, BRB e Terracap; e Processo nº 23.435/2013 – demais órgãos e entidades).



(Processo nº 9757/15), observando o consignado nos parágrafos 7/11 da Instrução do Corpo Técnico; 2) dê ciência à SEFIPE das novas medidas adotadas, no prazo de 90 (noventa) dias;

IV – autorizar: 1) a devolução do apenso à origem; 2) o retorno dos autos à SEFIPE, para a adoção das medidas de praxe.

Das peças recursais

4. Sobrevieram os Pedidos de Reexame contra o referido *decisum* interpostos por Augusto Cesar José de Sousa, Paulo de Souza Mangueira Júnior, Guimarães Teles da Silva, Waléria Azevedo da Silva Rodrigues, Charles Ramon Vieira, Ana Beatriz Silva Carvalho, Josyra Sampaio, por meio de representante legal, e Valdir Mendes Zica, conhecidos nos termos das Decisões 156/2016, 430/2016, 720/2016 e 1858/2016, proferidas nos autos do Processo nº 19.700/2014.

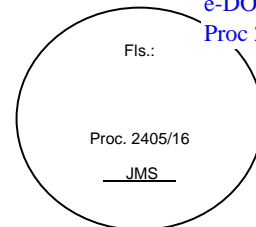
5. Em face da pluralidade de servidores atingidos pela Decisão nº 4.677/2015, mais especificamente aqueles mencionados no item II, letra e.3.2 das sugestões lançadas às fls. 49/51 do Relatório de Auditoria 11/2014, no intuito de evitar transtornos processuais naqueles autos (Processo nº 19700/14), haja vista as demais questões envolvidas, esta SEFIPE solicitou autorização para análise de mérito de tais recursos em autos apartados, o que foi devidamente consentido pelo item III da Decisão nº 156/2016, *in verbis*:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – conhecer do Recurso de fls. 118/122, interposto pelo servidor Augusto Cesar José de Sousa, como Pedido de Reexame contra os termos da Decisão nº 4.677/2015, mais especificamente quanto ao item II, letra “e.3.2”, das sugestões lançadas às fls. 49/51 do Relatório de Auditoria 11/2014, conferindo-lhe efeito suspensivo, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94, c/c os arts. 188, II, “a”, e 189 do Regimento Interno do TCDF e o art. 1º da Resolução-TCDF nº 183/07; II – dar conhecimento do teor desta decisão à Secretaria-Geral de Administração/TCDF e ao recorrente, alertando-os de que ainda pende de análise o mérito do recurso; III – **autorizar: 1) que a análise do mérito do recurso em análise e a de outros similares versando sobre o mesmo tema - que porventura venham a ser interpostos - se dê em autos apartados, com a distribuição vinculada a um mesmo relator; 2) o retorno dos autos à SEFIPE, para a adoção das providências de praxe.** Grifamos

6. Passemos, então, nesta fase processual, ao mérito das referidas peças recursais dos servidores, contra os termos do referido *decisum*, mais especificamente no que se refere ao constante nas sugestões lançadas às fls. 49/51 do Relatório de Auditoria 11/2014, de seguinte teor:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



(...)

e) convoque:

(...)

e.3) os servidores/pensionistas:

(...)

e.3.2) **Augusto César José de Sousa**, matrícula nº 29, **Ana Beatriz Silva Carvalho**, matrícula nº 8107, **Charles Ramon Vieira**, matrícula nº 8090, **Guimarães Teles da Silva**, matrícula nº 372, **Rejane Louredo Barros**, matrícula nº 1406, **Waléria A. da Silva Rodrigues**, matrícula nº 8080, **Gabriela Barbosa de Faria**, matrícula nº 1247, **Josyra Sampaio**, matrícula nº 503, **Paulo de Souza Mangueira Júnior**, matrícula nº 630, e **Valdir Mendes Zica**, matrícula nº 238, para optarem por ressarcir ao erário os valores percebidos indevidamente em um dos vínculos, observada a prescrição quinquenal e descontados os valores que já tenham sido ressarcidos; Grifamos

Das alegações de defesa

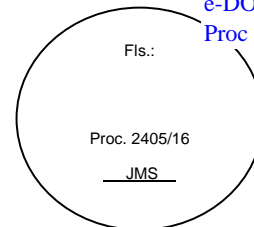
7. As análises individualizadas da situação dos interessados, ora recorrentes, foram realizadas no bojo de processos administrativos autuados na SEGEDAM. Os recursos foram encaminhados à SEFIPE em face da determinação proferida em sede de controle externo no bojo do Processo nº 19.700/14.

8. Embora o inconformismo tenha sido apresentado individualmente, tanto os fundamentos, quanto os argumentos guardam similitude entre si, de forma que as considerações feitas serão resumidas, de forma a ressaltar as peculiaridades destacadas por cada recorrente porventura relevantes ao tema examinado. Todavia, as considerações serão agrupadas para análise de mérito em bloco conforme as razões apresentadas a fim de evitar repetições desnecessárias.

Augusto Cesar José de Sousa

9. Na peça recursal, o interessado menciona tratar-se de "...regularização do período em que este percebeu, concomitantemente, o benefício "AUXÍLIO-SAÚDE" junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, no período compreendido entre junho/2012 a julho/2014 (TCDF-SE/DF), na condição de pensionista".

10. Sucintamente, informa já ter sido excluído o benefício que recebia na SEDF, após sua solicitação. Alega, preliminarmente, que o auxílio-saúde está compreendido no rol das obrigações patronais, posto que se trata de despesa com



encargos sociais a que o ente público ou privado estaria compelido a atender em razão da sua condição de empregador e responsável pelo pagamento de pessoal.

11. Ato contínuo, assevera que a percepção do auxílio na SEDF ocorreu de forma compulsória, sem necessidade de requerimento do interessado, desde sua criação pela Lei 4.862/2012, e que pelo fato de não receber contracheques daquela Pasta não tomou conhecimento do benefício. Sustenta que "...as parcelas pecuniárias em questão repercutem de formas distintas na assistência à saúde do Recorrente e, por terem fundamentação legal e natureza jurídica diversas, não caracterizam dupla percepção de benefícios de idêntica natureza. "

12. Nesse contexto, com supedâneo na boa-fé na percepção dos valores, requer o deferimento do pedido, no sentido de desonerá-lo da repetição dos valores percebidos em duplicidade a título de AUXÍLIO-SAÚDE (SEDF) e Pró-Saúde (TCDF).

Paulo de Souza Manqueira Júnior

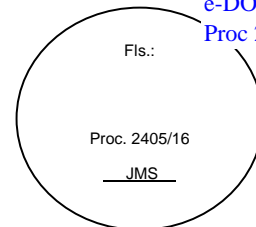
13. Na peça recursal, o interessado destaca que fora determinado "...ressarcimento ao erário de valores recebidos cumulativamente a título de "AUXÍLIO-SAÚDE" (SEDF) e Pró-Saúde (TCDF). "

14. O autor da demanda, após juntar excertos das normas que regulamentam os benefícios, destaca que a questão primordial para se determinar a possibilidade de percepção simultânea de tais parcelas seria analisar se elas são ou não "semelhantes" ou "da mesma espécie".

15. Segundo o autor, para o corpo técnico desta Corte a impossibilidade de percepção simultânea desses benefícios residiria no fato de terem a mesma finalidade (reembolso de gastos com planos de saúde) ou serem da mesma espécie ou semelhantes.

16. Todavia, o recorrente alega, com amparo na teoria dos motivos determinantes, que a premissa de serem da mesma espécie, porque visariam reembolsar despesas com plano de saúde seria falsa, haja vista que a Lei nº 4862/2012 em nenhum momento condiciona a percepção do auxílio saúde (SEDF) a gastos prévios com planos de saúde, diferentemente do que ocorre com o Pró-Saúde (TCDF).

17. Isso, porque o auxílio de que trata a Lei nº 4862/2012, devido apenas aos servidores da carreira Magistério e aos professores temporários, não se confunde com o auxílio criado pela LC nº 840/11 (art. 271, inciso IV), este, pendente de regulamentação.



18. Nessa linha de raciocínio, entende que não há espaço para interpretações tendentes a restringir direitos onde o legislador não restringiu. Pois, diferentemente do pró-saúde, que tem por escopo reembolsar gastos previamente comprovados com planos de saúde, o auxílio saúde não tem seu recebimento vinculado a qualquer gasto previamente definido, e visa, tão-somente subsidiar gastos com saúde em sentido lato.

19. Conclui o recorrente que se pode afirmar que o pró-saúde e o auxílio saúde são benefícios do mesmo gênero, mas de espécies diferentes. Assim, em sendo distintos, não se encontra vedação para a percepção cumulativa de tais parcelas nos normativos que os criaram.

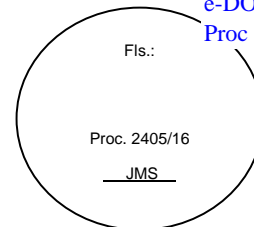
20. Por fim, requer que o Tribunal acolha os argumentos tendentes a reformar a Decisão nº 4667/2015, no sentido de reconhecer o direito a percepção simultânea do auxílio saúde e do pró-saúde; por outro lado, caso não seja acolhido tal pleito, tendo em conta a falha na interpretação da norma aliada à boa-fé na percepção dos valores, seja deferido a dispensa do ressarcimento, em face das controvérsias razoáveis na materialização dos comandos legais que disciplinam os benefícios.

Ana Beatriz Silva Carvalho

21. Alega a servidora que a SEDF pagou o benefício, de forma automática, a todos os servidores da Pasta. Não houve, portanto, por parte da servidora qualquer manifestação de interesse, rogando o pagamento do valor do auxílio em comento. Reforça, ainda, a informação de que a servidora não estava lotada na Secretária de Estado de Educação, Lazer e Esporte quando da época da aprovação da norma que contemplou a carreira com o auxílio saúde e início do pagamento do benefício, não acompanhando, assim, os desdobramentos dos efeitos da legislação.

22. Por oportuno, destaca, que o auxílio saúde em questão não guarda correspondência com a espécie firmada na Resolução – TCDF n.º 266, de 15/10/2013, conforme esclarecimento prestado por servidora da GCONB - SEDF (sala 16 daquela unidade administrativa - SGAN 607). Tal benefício é apenas um auxílio, que pode ser usado para custeio de plano de saúde, práticas alternativas a cura e prevenção, remédios, consultas particulares, reforço na alimentação e suplementação, palestras educativas sobre temas alusivos à saúde, atividades físicas (academia, por exemplo) e outros.

23. A Resolução - TCDF n° 266/2013, por sua vez, dispõe no art. 2º, § 2º, que "A assistência indireta será prestada em regime de livre escolha, compreendendo a contratação direta pelo beneficiário-titular, incluindo seus dependentes, ou pelo beneficiário especial, de plano de saúde, ou seguro-saúde, e/ou de serviço de atendimento domiciliar e remoção em emergências médicas,



mediante reembolso parcial dessas despesas pelo TCDF", nos termos do regulamento aprovado.

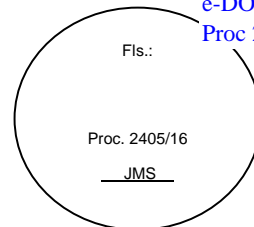
24. Em suma, a recorrente sustenta que as parcelas percebidas no âmbito da SEDF (auxílio-saúde) e no TCDF (Pró-Saúde) não são "semelhantes", tampouco "da mesma espécie", motivo pelo qual requerem a manutenção da percepção cumulativa dos benefícios, ou, caso não seja esse o entendimento desta Corte, seja afastada a incidência de qualquer ressarcimento ao erário, em face da boa-fé, aliada a ocorrência de errônea interpretação da Lei, ao caráter alimentício das parcelas percebidas e ao pagamento por iniciativa da Administração Pública sem participação dos servidores.

Guimarães Teles da Silva

25. Sucintamente, o recorrente sustenta que os benefícios percebidos no âmbito da SEDF (auxílio-saúde) e no TCDF (Pró-Saúde) não são "idênticos", e, estando acumulando lícitamente os cargos de professor da rede pública e auditor do TCDF, não estaria impedido de recebê-los. Isso, porque entende como enriquecimento ilícito do Estado, que embora permita que o servidor possa laborar em dois cargos/empregos públicos (acumulação de cargos, consoante o artigo 37, XVI, CF/88), não permite que receba benefícios tais como auxílio alimentação e auxílio saúde, sob o argumento de que já auferir no outro cargo, o que pode ser entendido como o Estado se apropriando de um direito do servidor.

26. Segundo o autor, o GDF criou no âmbito da SE a parcela em caráter temporário até a implantação do plano de assistência à saúde da carreira Magistério, o que não ocorreu até o momento. Tal benefício foi incluído automática e independente de requerimento expresso do servidor. Assevera que o auxílio-saúde difere do Pró-Saúde em vários aspectos, destacando-se que, enquanto o Pró-Saúde exige para o seu recebimento a contraprestação de serviços de saúde, pela contratação direta pelo beneficiário-titular de plano de saúde, seguro-saúde e/ou de serviço de atendimento domiciliar e remoção em emergências médicas, mediante reembolso parcial dessas despesas pelo TCDF (artigo 1º, § 20, Resolução TCDF 266/2013), a outra vantagem, no âmbito da SEDF, foi criada em caráter transitório, sem nenhuma regulamentação e sem destinação específica, deixando ao servidor a livre escolha do que fazer com a quantia auferida, posto que dispensa qualquer comprovação de despesa.

27. Por fim, requer a manutenção da percepção cumulativa dos benefícios, ou, caso não seja esse o entendimento desta Corte, seja afastada a incidência de qualquer ressarcimento ao erário, em face da boa-fé na sua percepção. E ainda, em caso de manutenção do ressarcimento, sejam apurados os valores pagos pelo requerente ao Plano de Saúde Assefaz, consoante artigo 271, inciso IV, da Lei 840/2011, e cotejados com as quantias recebidas do Pró-Saúde e da SEDF para, se for o caso, indicar o "quantum" a devolver aos cofres públicos.



Waléria Azevedo da Silva Rodrigues

28. Segundo a recorrente, exigência de ressarcimento ao erário de valores recebidos cumulativamente a título de auxílio-saúde, junto a SEDF, e pró-saúde, junto a esta Corte se ampara na vedação constante tanto da Resolução nº 266/13, deste Tribunal, quanto do art. 2º da Lei nº 4.682/12, que, em tese, vedariam a tal percepção cumulativa, eis que seriam "semelhantes" ou "da mesma espécie".

29. Ressalta ser este o ponto crucial da questão, limitando-se sua pretensão em demonstrar que as parcelas não são, de modo algum, semelhantes ou da mesma espécie.

30. Esclarece que, no caso do auxílio concedido pela SEDF, a Lei nº 4.862/12, em seu art. 2º, estabelece:

Art. 2º Fica criado, em **caráter transitório**, no valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), a partir de 12 de junho de 2012, o benefício auxílio-saúde, **destinado aos servidores da Carreira Magistério Público** do Distrito Federal ativos, inativos e pensionistas, bem como aos professores contratados temporariamente que se encontrarem em efetivo exercício.

Parágrafo único. **O auxílio-saúde não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie.**

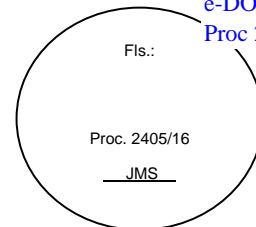
31. Assevera que o benefício é instituído independentemente de o servidor ter ou não contratado plano privado de saúde. É, portanto, um acréscimo a remuneração sob o fundamento de contribuir para a melhoria da saúde familiar, de forma genérica e ampla.

32. Nesses termos, destaca que o raciocínio expresso no relatório de auditoria parte do pressuposto equivocado de que o benefício instituído pela Lei nº 4.862/12, seria aquele estabelecido pelo art. 271 da LC nº 840/11, que estabelece:

Art. 271. A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo, de seu cônjuge, companheiro, dependentes e do pensionista compreende a assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica e é prestada:

[...]

IV - **na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido com planos ou seguros privados de assistência à saúde**, na forma estabelecida em regulamento.



33. Ressalta, assim, que é evidente que o benefício da Lei nº 4.862/12 não é o mesmo a que se refere o citado art. 271 da LC nº 840/11. O primeiro consiste em vantagem temporária concedida somente aos servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, independentemente de haver ou não plano de saúde contratado, e o segundo, previsto para todos os servidores da Administração Pública do Distrito Federal, destina-se a ressarcir, de forma permanente, parte dos valores despendidos com planos ou seguros privados de assistência à saúde, não sendo pagos, portanto, a quem usufrui do sistema público de saúde.

34. Nesse contexto, a seu juízo, haveria de ser afastada a incidência do art. 271 acima citado, pelo que resta claro que a vantagem paga pela SEDF é de caráter remuneratório, já que se trata de uma parcela adicionada ao contracheque dos servidores que servirá para fazer frente a despesas eventuais de saúde, quer estas ocorram ou não. Já a parcela paga por esta Corte é de caráter indenizatório, já que visa ressarcir de forma permanente até 95% do plano de saúde contratado pelo servidor.

35. Em outras palavras, um deles limitar-se-ia a compensar gastos com planos e seguros de saúde, e o outro, o Auxílio Saúde, teria uma aceção mais ampla, podendo ser usado em prol da saúde de diversas formas, como alimentação e prática esportiva, por exemplo.

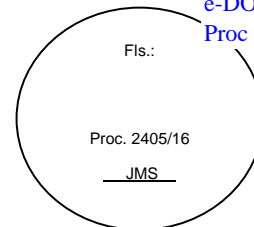
36. Conclui, então, que, fixada essa distinção, resta claro que não se trata de parcelas semelhantes ou da mesma espécie, não havendo impedimento para a sua percepção cumulativa.

37. De todo o modo, mesmo que não se sustentem os fundamentos expostos, segundo a autora, seria cabível a dispensa de ressarcimento com a aplicação da Súmula 79, do TCDF, tendo em vista que o pagamento simultâneo das parcelas está sustentado em interpretações aceitáveis feitas em tema deveras controvertido.

38. Além disso, afirma que passou despercebido o pequeno incremento de sua remuneração percebida pela SEDF, acreditando que atitude unilateral da Administração em lhe conceder o adicional não poderia estar errada, em face do princípio da presunção de legalidade dos atos administrativos.

39. Ademais, a servidora, tão logo tornou conhecimento da situação, requereu a exclusão do benefício junto a SEDF, mesmo que ainda considere não haver nada de errado em sua percepção.

40. Dessa forma, requer, no mérito, a manutenção da percepção cumulativa dos benefícios, ou, caso não seja esse o entendimento desta Corte, seja afastada a incidência de qualquer ressarcimento ao erário, em face da boa-fé na sua percepção, ao amparo do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do Tribunal.



Charles Ramon Vieira

41. Registra o servidor que, quando da edição da Lei n.º 4.862, de 03 de julho de 2012, que instituiu, no âmbito da SE/DF, o benefício "*Auxílio Saúde*" aos integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, o ora recorrente encontrava-se cedido ao TCDF, ocupando o cargo de Assessor da Procuradoria-Geral do Ministério Público de Contas, sendo a referida parcela implantada, de forma UNILATERAL, COMPULSORIA E INDISTINTA na folha de pagamento de todos os professores daquela Secretaria, não tendo o recorrente, à época, ciência da situação irregular que se instalava.

42. Assim, na mesma data em que tomou conhecimento da irregularidade (08.09.2014), mediante Ofício nº 141/2014—SEGE/SEGEDAM firmou termo de opção por um dos benefícios perante a Secretaria de Educação, disso dando conhecimento à Administração desta Casa.

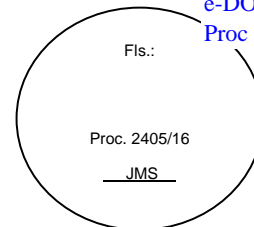
43. Quanto ao mérito da questão, assevera, a exemplo dos demais recorrentes, que a dúvida preliminar a ser dirimida é se os benefícios são semelhantes ou da mesma espécie.

44. Após trazer à baila excertos das legislações aplicáveis à espécie, assevera que a Resolução TCDF nº 266/2013 regulamenta, integralmente, a assistência à saúde prevista no artigo 271 da Lei Complementar nº 840/2011, no âmbito do TCDF, via o Programa Pró-Saúde. Por outro lado, a Lei nº 4.862/2012 não confere ao auxílio-saúde a mesma prerrogativa.

45. Nesse contexto, conclui que o Pró-Saúde e o Auxílio-Saúde não são semelhantes ou da mesma espécie, haja vista que o Pró-Saúde tem caráter **indenizatório**, porquanto se destina a reembolsar gastos realizados com assistência à saúde, enquanto o Auxílio Saúde integra a **remuneração** de todos os servidores da educação, independentemente de adesão.

46. Por fim, destaca que não há dúvidas de que a matéria é complexa, posto que envolve interpretação de normas distritais editadas para regulamentar situações em entes distintos. Observa, contudo, que tal conflito não se restringe à esfera distrital, posto que contendas semelhantes ocorrem também no âmbito federal, a exemplo de julgado do Supremo que transcreve. Assim, em sendo falha de interpretação das normas que instituíram os benefícios, sem qualquer influência do recorrente, considera aplicável a dispensa do ressarcimento.

47. Desta feita, requer a anulação da Decisão nº 4677/2015 e de todos os efeitos dela decorrentes, bem como a dispensa de qualquer ressarcimento ao erário, com fulcro no Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF.



Josyra Sampaio

48. A pensionista, representada por legítima curadora, ressalta que o fato de o benefício no âmbito da Secretaria de Educação ser pago indiscriminadamente passou-lhe despercebido o recebimento em duplicidade com o TCDF. Assim, requer seja desobrigada de qualquer ressarcimento.

Valdir Mendes Zica

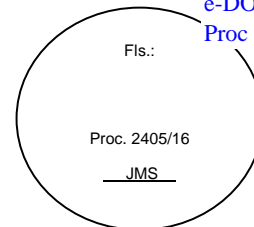
49. O recorrente destaca, preliminarmente, que, assim que tomou conhecimento do *decisum* em questão, providenciou o cancelamento do auxílio saúde percebido junto à Secretaria de Educação.

50. Alega o servidor aposentado que o auxílio saúde difere do Pró-Saúde em vários aspectos, posto que este exige a contraprestação de serviços de saúde mediante prévia adesão e contratação de plano de saúde ou similar pelo beneficiário titular, aquele, criado em caráter transitório, desprovido de regulamentação, não teria destinação específica, e, ainda, não exigiu comprovação de como foi utilizado o valor creditado em contracheque compulsoriamente, sem prévia solicitação.

51. Por outro lado, frisa o recorrente que, mesmo que fossem os benefícios de idêntica natureza jurídica e tivessem a mesma finalidade declarada em lei, o que não ocorre, ainda assim não cabia falar em percepção indevida, de *bis in idem* ou em importância excedente ao que é de direito, uma vez que o valor oferecido compulsoriamente pela SE-DF, se adicionado à quantia reembolsada pelo TCDF, que corresponde a 95% (noventa e cinco por cento) do plano de saúde, não ultrapassa o valor total desembolsado mensalmente pelo recorrente a título de plano de saúde, não caracterizando, assim, percepção de vantagem indevida.

52. Nesse contexto, para fins de ressarcimento, se assim entender a Corte, há que se apurar o quantum pago à ASSEFAZ e cotejar com os valores auferidos do Pró-Saúde (95%) cumulados com o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) recebidos da Educação, e, somente, após tal procedimento, indicar o valor a ser devolvido.

53. De qualquer sorte, se apoia na tese de que tais parcelas, embora do mesmo gênero, possuem fundamentações e naturezas jurídicas diversas, um com finalidade específica e outro com finalidade genérica. Enquanto devidamente regulamentado o Pró-Saúde no âmbito do TCDF, o auxílio-saúde trata-se apenas de



vantagem pecuniária dada pelo governo do DF até que seja implantado o plano de saúde, ressaltando-se tão-somente o caráter alimentar de tal parcela.

54. Conclui, então, serem os benefícios não semelhantes, tampouco da mesma espécie, podendo, portanto, serem percebidos cumulativamente, em face da inexistência de tal vedação nos normativos que os criaram. Ademais, em face da boa-fé e plena ausência de dolo, tem como justo não lhe imputar obrigação de ressarcir os valores recebidos, a exemplo de vários precedentes desta Corte de Contas, conjugado com entendimento do STJ, cujos excertos de julgado agrega ao pleito, no sentido de que na dúvida quanto à interpretação e aplicação das normas não cabe cobrança de indébito.

55. Requer, por fim, sejam considerados procedentes os argumentos e considerações expostas, para, no mérito, conceder dispensa de ressarcimento do débito que lhe foi imputado, com o consequente arquivamento do feito.

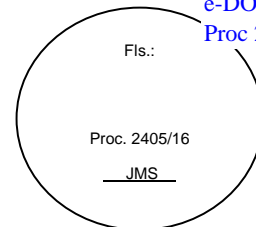
Do mérito

56. Poderíamos resumir as alegações e anseios dos servidores e beneficiários de pensão nos seguintes pontos:

- Distinção entre os benefícios pró-saúde percebido do TCDF e o auxílio- saúde, na Secretaria de Estado de Educação;
- falha na interpretação da norma de regência por parte da Administração;
- pagamento do auxílio saúde na SEDF de forma compulsória;
- boa-fé na percepção dos auxílios;
- dispensa de ressarcimento dos valores percebidos simultaneamente;
- recálculo do quantum devido, em face da possibilidade de que os valores seriam complementares.

Distinção entre os benefícios pró-saúde percebido do TCDF e o auxílio-saúde, na Secretaria de Estado de Educação

57. Os autores da demanda alegam que tais parcelas são distintas. Nesse compasso, entendem que a questão primordial para se determinar a possibilidade



de percepção simultânea de tais parcelas seria analisar se elas são ou não “semelhantes” ou “da mesma espécie”.

58. Sucintamente, os argumentos são, na essência, que a distinção está na finalidade, ou seja, a destinação dos benefícios não seria a mesma.

59. Segundo os autores, para o corpo técnico desta Corte a impossibilidade de percepção simultânea desses benefícios residiria no fato de terem a mesma finalidade (reembolso de gastos com planos de saúde) ou serem da mesma espécie ou semelhantes.

60. Todavia, tal premissa de serem da mesma espécie, porque visariam reembolsar despesas com plano de saúde seria falsa, haja vista que a Lei nº 4862/2012 em nenhum momento condiciona a percepção do auxílio-saúde (SEDF) a gastos prévios com planos de saúde, diferentemente do que ocorre com o Pró-Saúde (TCDF).

61. Isso, porque o auxílio de que trata a Lei nº 4862/2012, devido apenas aos servidores da carreira Magistério e aos professores temporários, não se confunde com o auxílio criado pela LC nº 840/11 (art. 271, inciso IV), este, pendente de regulamentação.

62. De fato, não parece que o benefício de que trata a Lei 4862/12 se trate daquele pendente de regulamentação de que trata o art. 271, inciso IV, da LC nº 840/11. Vejamos os normativos:

Art. 271. A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo, de seu cônjuge, companheiro, dependentes e do pensionista compreende a assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica e é prestada:

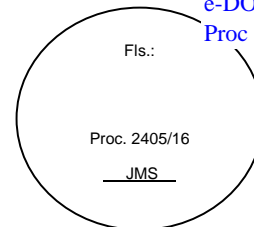
I – pelo Sistema Único de Saúde;

II – diretamente pelo serviço de saúde do órgão, autarquia ou fundação a que o servidor estiver vinculado;

III – pela rede privada de saúde, mediante credenciamento por convênio, na forma estabelecida em lei ou regulamento;

IV – na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento.

63. A regulamentação que haveria ser estabelecida, por força do art. 271, caberia, smj, ao Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, autarquia criada pela Lei nº 3831/2006, cuja missão, seria **proporcionar**, aos servidores ativos, aposentados e pensionistas do Distrito Federal, inclusive os ocupantes de cargo em comissão e os ocupantes de cargos de natureza especial,



um auxílio-saúde de caráter indenizatório, consoante consta no site da SEPLAG. A referida lei, assim dispõe:

Art. 1º Fica criado o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, com sede e foro na Capital, sob a forma de Autarquia em Regime Especial, vinculado à Secretaria de Estado de Gestão Administrativa, dotada de personalidade jurídica de direito público, com patrimônio próprio, autonomia administrativa, financeira e patrimonial, bem como nas suas decisões técnicas, mandato de seus dirigentes e regime de co-gestão, na forma e nos limites desta Lei.

Parágrafo único. A autonomia administrativa e financeira do INAS não exclui o exercício da supervisão de suas atividades pela Secretaria de Estado de Gestão Administrativa.

Art. 2º O INAS tem por finalidade proporcionar, sem fins lucrativos, aos seus beneficiários titulares e dependentes, em regime de autogestão, o Plano de Assistência Suplementar à Saúde, denominado GDF-SAÚDE-DF.

Art. 3º A assistência médica e os serviços suplementares que integram o GDF-SAÚDE-DF serão prestados por meio de contratos ou convênios com hospitais, clínicas, laboratórios e outros serviços credenciados.

(...)

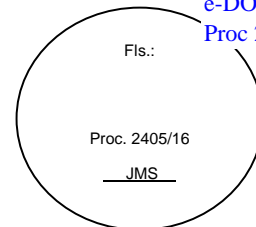
Art. 13. O GDF-SAÚDE-DF consiste na cobertura das despesas decorrentes de atendimentos médicos, ambulatoriais, hospitalares, fisioterapêuticos, fonoaudiológicos e psicológicos, bem como dos atos necessários ao diagnóstico e ao tratamento, prestados aos beneficiários do Plano, **na forma que vier a ser estabelecida em regulamento.**

64. De qualquer sorte, embora tenha sido publicado o Decreto nº 27.231/2006, aprovando o regulamento do mencionado GDF-SAÚDE-DF, definindo, dentre outros aspectos, a modalidade de assistência à saúde, beneficiários², forma de adesão e custeio, a verdade é que não se tem notícia da real implementação do referido auxílio-saúde, de caráter geral, de forma a dar eficácia plena ao benefício de que trata o art. 271 da LC nº 840/11.

² Art. 4º. Serão beneficiários titulares do GDF-SAÚDE-DF no âmbito dos órgãos do Poder Executivo do Distrito Federal, inclusive suas autarquias e fundações:

- I – os servidores ativos;
- II – os servidores aposentados;
- III – os beneficiários de pensão;
- IV – os ocupantes de cargo em comissão sem vínculo efetivo;
- V – os contratados temporariamente; e
- VI – os empregados públicos.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo os servidores e beneficiários de pensão vinculados ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER.



65. O auxílio-saúde de que trata a Lei nº 4862/12 tem caráter restrito e, de fato, apesar do caráter indenizatório, não exige comprovação prévia:

Art. 2º Fica criado, em caráter transitório, no valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), a partir de 1º de junho de 2012, o benefício auxílio-saúde, **destinado aos servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal ativos, inativos e pensionistas, bem como aos professores contratados temporariamente que se encontrarem em efetivo exercício.**

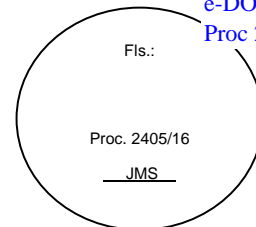
66. Nesse aspecto, embora o auxílio-saúde percebido no âmbito da Secretaria de Educação não seja, *in totum*, equivalente ao auxílio de que trata o art. 271 da LC nº 840/11, assiste razão aos recorrentes ao consignarem que a parcela foi criada em caráter temporário até que se implantasse, em definitivo, o referido plano de assistência à saúde, conforme considerações dos próprios recorrentes (§§ 26 e 53 dessa instrução). Portanto, smj, têm a mesma natureza.

67. De qualquer sorte, essa peculiaridade, consignada na distinção entre o auxílio-saúde e o auxílio previsto no regime jurídico dos servidores públicos distritais, não é condição suficiente para afastar a similaridade do auxílio-saúde, criado pela Lei nº 4862/12, com o benefício percebido no âmbito do TCDF, nominado de pró-saúde, com o qual a percepção cumulada é expressamente vedada.

68. Isso, porque a simples ausência da necessidade de comprovação de gastos do auxílio-saúde (SEDF), um dos aspectos que o distingue do pró-saúde (TCDF), não retira o caráter indenizatório da parcela, tampouco sua destinação. Ambos se destinam ao custeio com saúde. Esse é o espírito da lei e, inclusive, da denominação escolhida para o benefício. A intenção do legislador ao criar a norma é atingir um fim. A hermenêutica vem para definir a melhor interpretação a ser dada a norma. Aqui, a própria literalidade da norma deixa claro que o intuito é atingir beneficentemente o servidor na área da saúde.

69. Daí, patente a similaridade dos benefícios, quaisquer que sejam os meios para se atingir o fim da norma que os criou. O fato de o servidor, no âmbito da Secretaria de Educação, poder gastar com plano de saúde, práticas alternativas à cura e à prevenção de doenças, remédios, consultas particulares, reforço e suplementação da alimentação, palestras educativas sobre temas alusivos à saúde ou academia, consoante alegado pelos recorrentes, não distorce sua natureza, tampouco, sua finalidade.

70. Outra distinção que se tentou imprimir aos benefícios, visando a demonstrar que o Pró-Saúde e o Auxílio-Saúde não seriam semelhantes ou da mesma espécie, seria o fato de que o Pró-Saúde teria o caráter **indenizatório**, porquanto se destina a reembolsar gastos realizados com assistência à saúde, enquanto o Auxílio-Saúde integra a **remuneração** de todos os servidores da educação, independentemente de adesão.



71. Não há como distingui-los nesse aspecto. Ambos integram a remuneração. E pelo caráter indenizatório, ambos os valores são destacados na DIRF, não sendo computáveis na base de cálculo do imposto de renda. É o que define a LC nº 840/11:

Art. 68. A remuneração é constituída de parcelas e compreende:

I – os vencimentos, que se compõem:

a) do vencimento básico;

b) das vantagens permanentes relativas ao cargo;

II – as vantagens relativas às peculiaridades de trabalho;

III – as vantagens pessoais;

IV – as vantagens de natureza periódica ou eventual;

V – as vantagens de caráter indenizatório.

Art. 103. O valor das indenizações não pode ser:

I – incorporado à remuneração ou ao subsídio;

II – computado na base de cálculo para fins de incidência de imposto de renda ou de contribuição para a previdência social, ressalvadas as disposições em contrário na legislação federal;

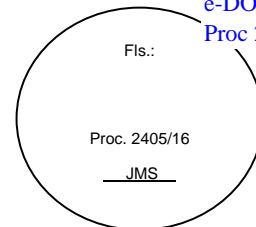
III – computado para cálculo de qualquer outra vantagem pecuniária.

Falha na interpretação da norma de regência por parte da Administração

72. Não se vislumbra falha na interpretação da norma. Não há, conforme alegado, controvérsias razoáveis na materialização dos comandos legais que disciplinam os benefícios.

73. A Administração tão somente inseriu no contracheque dos servidores alcançados pela norma o direito que lhes foi garantido. De fato, aquela jurisdicionada poderia ter determinado aos servidores a assinatura de termo que a eximisse da responsabilidade pela percepção simultânea dos benefícios. Todavia, não o fazendo, tal obrigação de atender aos requisitos da lei recai sobre o servidor, que **não pode alegar o desconhecimento da norma para eximir-se de cumpri-la**³. Afinal, todos os recorrentes já mantinham vínculo com o Programa de Assistência à Saúde – PRÓ-SAÚDE no âmbito do Tribunal de Contas do Distrito Federal, quando o auxílio-saúde foi implementado no âmbito da Secretaria de Educação, cuja vedação era expressa (desde a regulamentação pela Resolução nº 213/10, mantida pela 266/13):

³ Art. 3º Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece. (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro)



Art. 4º A inscrição de beneficiário-dependente no PRÓ-SAÚDE dar-se-á mediante requerimento do beneficiário-titular, em formulário próprio, acompanhado da seguinte documentação: (...)

§ 1º Deverão ser apresentadas também, pelo titular, sob as penas da lei, em todos os casos, **declaração de que ele e seus dependentes não são beneficiários de programa assistencial semelhante ao PRÓ-SAÚDE em outro órgão ou entidade pública.**

74. Ora, se inexistente benefício similar no momento da inscrição, tal comunicação haveria de ser apresentada no momento em que a norma incidiu sobre sua novel situação, qual seja, quando da inclusão do auxílio-saúde em contracheque no âmbito da SEDF. Saliente-se que a norma de criação do auxílio-saúde, inclusive, trouxe expressa a vedação da qual buscam afastar-se os ora recorrentes:

Art. 2º Fica criado, em caráter transitório, no valor mensal de R\$ 200,00 (duzentos reais), a partir de 12 de junho de 2012, o benefício auxílio-saúde, destinado aos servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal ativos, inativos e pensionistas, bem como aos professores contratados temporariamente que se encontrarem em efetivo exercício.

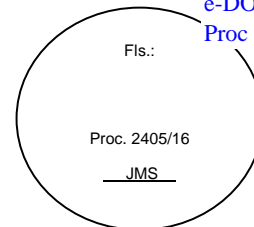
Parágrafo único. **O auxílio-saúde não pode ser acumulado com outro benefício da mesma espécie.** (Lei 4862/12).

75. Veja-se que a vedação em ambas as legislações é manifesta. Aqui não cabe temperamentos ou interpretações. A semelhança é evidente. Assim, ao beneficiado pela norma não cabe alegar seu desconhecimento, mormente pelo fato de que a própria formação da palavra “auxílio-saúde⁴”, previsto na Lei nº 4862/12, denota a sua finalidade. Portanto, não se sustentam os argumentos de que não seria da mesma espécie do já conhecido “PRÓ-SAÚDE” – programa de assistência à saúde instituído no âmbito do TCDF em 2002 (Resolução TCDF nº 150), cuja regulamentação data de 2010 (Resolução TCDF nº 213).

Pagamento do auxílio-saúde na SEDF de forma compulsória

76. A exemplo do tópico precedente, não se mostra relevante o argumento de que a percepção do auxílio na SEDF decorreu de atuação unilateral, compulsória e indistinta, sem necessidade de requerimento do interessado, desde sua criação pela Lei 4.862/2012, considerando que a norma instituidora do benefício veda o pagamento acumulado de igual espécie. Ademais, o simples fato de não receber contracheques daquela pasta, o que alegam como motivo para não terem tomando

⁴ Palavra formada pela composição (por justaposição) das palavras “auxílio (derivação regressiva de auxiliar)” e “saúde”.



ciência, alguns interessados, do benefício que fora concedido, não os exime da responsabilidade pela situação irregular que se instalava a partir daquele momento. Assim, na mesma linha de raciocínio, aqui, o desconhecimento da norma não socorre aos interessados.

Dispensa de ressarcimento dos valores percebidos simultaneamente

77. No que tange ao ressarcimento, não obstante os diversos posicionamentos judiciais pela dispensa de valores percebidos, cujos excertos foram noticiados pelos recorrentes, cabe obtemperar que a regra é a limitação dos efeitos das ações judiciais às partes que dela participam. Os terceiros à relação processual ordinariamente não são por ela beneficiados, nem prejudicados.

78. Ademais, no ordenamento jurídico pátrio, salvo poucas exceções expressamente previstas, a exemplo da Ação Direta de Constitucionalidade, inexistente o efeito vinculante dos precedentes judiciais ou administrativos. Assim, tanto o gestor público, como o julgador, não estão obrigados a seguir entendimentos jurisprudenciais despidos desse atributo.

79. No que diz respeito aos precedentes da Casa, malgrado existirem várias deliberações dispensando o ressarcimento com fulcro na percepção de **boa-fé** e a **natureza alimentar** das verbas pagas indevidamente, convém transcrever as considerações da unidade técnica no relatório preliminar, ora questionado:

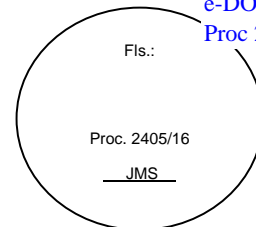
“52 Inicialmente, deve-se trazer a posição do STF, segundo a qual há diversos requisitos a serem atendidos para dispensar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente pela Administração Pública:

[...] 3. A reposição, ao erário, dos valores percebidos pelos servidores torna-se desnecessária, nos termos do ato impugnado, quando concomitantes os seguintes requisitos: "i presença de boa-fé do servidor; ii ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; **iii existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência da norma infringida, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; iv interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração.**" [...] (MS 25641, EROS GRAU, STF. Grifo nosso)

53. A LC nº 840/2011 reforça esse entendimento da Suprema Corte, ao dispor que:

Art. 120. O pagamento efetuado pela administração pública em desacordo com a legislação não aproveita ao servidor beneficiado, ainda que ele não tenha dado causa ao erro.

Parágrafo único. É vedado exigir reposição de valor em virtude de aplicação retroativa de nova interpretação da norma de regência.



(LC nº 840/2011)

54. O Tribunal Regional Federal da 1ª Região também já adotou posicionamento semelhante no precedente a seguir, no intuito de evitar o enriquecimento ilícito do servidor:

PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO ADMINISTRATIVO. DIRETOR DO FORO. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO. PAGAMENTO EM DUPLICIDADE. REPOSIÇÃO AO ERÁRIO. DESCONTO EM FOLHA. ART. 46 DA LEI N. 8.112/90. POSSIBILIDADE. DEVIDO PROCESSO LEGAL. BOA-FÉ. NÃO CABIMENTO. VEDAÇÃO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO.

1. Nos termos do art. 46 da Lei n. 8.112/90, a reposição ao erário de valores pagos indevidamente pela Administração deverá ser cientificada ao interessado e poderá ser feita mediante desconto em folha de pagamento, desde que a parcela não seja inferior a 10% do valor da remuneração.

2. Alegação de não observância do devido processo legal e do contraditório afastada por falta de provas, uma vez que a impetrante não trouxe aos autos a cópia integral do processo administrativo, sendo que o mandado de segurança não admite dilação probatória.

3. É manifesta a ilegalidade do pagamento em duplicidade de benefício de auxílio alimentação, exigindo a reposição ao erário, a fim de evitar o enriquecimento ilícito da servidora.

4. A presunção de boa-fé aplica-se aos casos de pagamento indevido por erro de interpretação ou má aplicação de lei pela Administração, o que não é o caso dos autos. Precedentes do STJ.

5. Segurança denegada.

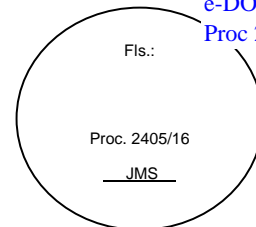
(MS 200501000628264, juíza federal ANAMARIA REYS RESENDE (CONV.), TRF1 - PRIMEIRA SEÇÃO, e-DJF1 de 10/08/2009, p. 75. Grifo nosso)

80. Nessa mesma linha foi a deliberação plenária que culminou na manutenção do disposto na Decisão nº 6806/07, no sentido de que a simples boa-fé não é justificativa, *de per si*, para dispensar repetição do indébito, conforme Decisão 3478/2014:

2) preservar o posicionamento adotado no item III, a.1, da Decisão nº 6.806/07, qual seja: **“a simples constatação da boa-fé e de o beneficiário do erro não haver contribuído para a sua ocorrência, por si sós, não justificam a dispensa da restituição dos valores indevidamente recebidos, para não caracterizar o enriquecimento sem causa à custa do erário”;**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



3) manter o entendimento estampado no Enunciado nº 79 das Súmulas da Jurisprudência desta Casa, que foi corroborado pelo art. 120 da Lei nº 840/11;

Grifo nosso

81. O referido art. 120 da LC nº 840/2011 dispôs que “**o pagamento efetuado pela administração pública em desacordo com a legislação não aproveita ao servidor beneficiado, ainda que ele não tenha dado causa ao erro**”.

82. Quanto ao **caráter alimentar** da verba questionada, ressalte-se que a remuneração, assim como o subsídio, constitui forma de retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público (art. 66 da LC nº 840/2011). Destina-se ao sustento daquele que presta serviços ao Estado. Então, por definição, trata-se de verba alimentar, o que, aliás, está expressamente positivado (art. 117 da LC nº 840/2011). Então, o caráter alimentar não pode, *de per si*, obstar a devolução dos pagamentos indevidos aos servidores sob pena de quaisquer espécies de pagamento a eles feito se tornarem irrepetíveis, ainda que decorrentes de erro crasso de procedimento.

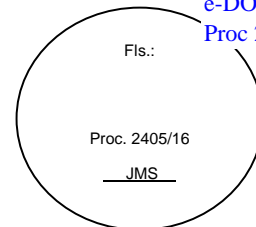
83. No caso ora analisado é possível constatar que não há qualquer dúvida quanto à interpretação de norma, que são bastante objetivas e claras.

84. Assim, dada a oportunidade de ampla defesa e contraditório, somos pela manutenção da necessidade de se perseguir o ressarcimento ao erário. Caminhar noutro sentido seria admitir o enriquecimento ilícito dos servidores/pensionistas que perceberam os benefícios indevidamente e, conseqüentemente, atribuir-se-ia o ônus de tal benesse aos demais contribuintes, que ao fim haveriam de custear a lesão aos cofres públicos.

Possível recálculo do quantum devido, posto que os valores seriam complementares

85. Alegam alguns recorrentes que, mesmo que fossem os benefícios de idêntica natureza jurídica e tivessem a mesma finalidade declarada em lei, ainda assim não cabia falar em percepção indevida, de *bis in idem* ou em importância excedente ao que é de direito, uma vez que o valor oferecido compulsoriamente pela SE-DF, se adicionado à quantia reembolsada pelo TCDF, que corresponde a 95% (noventa e cinco por cento) do plano de saúde custeado pelo beneficiário, não ultrapassa o valor total desembolsado mensalmente pelo recorrente a título de plano de saúde, não caracterizando, assim, percepção de vantagem indevida.

86. Nesse contexto, para fins de ressarcimento, se assim entender a Corte, haveria que se apurar os pagos às administradoras de planos (ASSEFAZ,



por exemplo) e cotejar com os valores auferidos pelo reembolso do Pró-Saúde (95%) cumulados com o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) recebidos da Educação, o que estaria de acordo com o artigo 271, inciso IV, da Lei 840/2011, e somente após tal procedimento, se for o caso, indicar o "quantum" a devolver aos cofres públicos.

87. Com a devida *vênia*, tal proposição é deveras desarrazoada e contraditória aos próprios argumentos que vinham de sustentar.

88. Veja-se que defendem a todo custo que são distintas as parcelas, para ao final alegarem, alternativamente, que são complementares, como forma de eximí-los do pagamento de possível ressarcimento.

89. Aqui as próprias normas de regência ditam a regra. Não há possibilidade de percepção cumulada de benefícios semelhantes (Resolução nº 266/13) ou da mesma espécie (Lei nº 4862/12). Então, independentemente de o somatório dos valores percebidos não atingem 100% dos valores despendidos pelos recorrentes com plano de saúde, não há possibilidade de se somarem.

90. Poderia, por exemplo, o Tribunal limitar e custear apenas 50% de certo plano de saúde e ainda que o valor percebido na Educação correspondesse aos outros 50% gastos pelo beneficiário tal complementação não encontra respaldo na legislação que rege a matéria, vez que ainda assim seriam inacumuláveis.

91. Ressalte-se, smj, que o percentual de ressarcimento fica a cargo do órgão ao qual se vincula o servidor. No caso do Tribunal foi definido 95% para o pró-saúde. E, segundo alegado pelos autores da demanda, em não sendo os R\$ 200,00 (duzentos reais) percebidos a título de auxílio-saúde na SE, correspondentes aos 5% que se viu obrigado a patrocinar, não haveria que se falar em *bis idem*. Não é o que está previsto na LC nº 840/11, que ampara tão somente o ressarcimento **parcial** despendido pelo servidor.

Art. 271. A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo, de seu cônjuge, companheiro, dependentes e do pensionista compreende a assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica e é prestada:

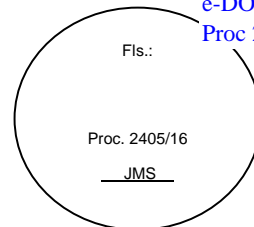
I – pelo Sistema Único de Saúde;

II – diretamente pelo serviço de saúde do órgão, autarquia ou fundação a que o servidor estiver vinculado;

III – pela rede privada de saúde, mediante credenciamento por convênio, na forma estabelecida em lei ou regulamento;

V – na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento.

92. Nesse contexto, em não havendo amparo para custeio integral do valor despendido pelo servidor, não há que se falar em complementação mediante



somatório de valores percebidos. Ratifica-se que são parcelas da mesma espécie, com a mesma finalidade, portanto, vedada a percepção cumulada do auxílio-saúde com o pró-saúde.

93. Por fim, diga-se que a alegação dos Srs. Augusto Cesar José de Souza e Valdir Mendes Zica quanto à natureza orçamentária do benefício auxílio-saúde, no sentido de que o mesmo estaria compreendido no rol das obrigações patronais, posto que se trata de despesa compulsória com encargos sociais a que o ente público ou privado estaria compelido a atender em razão da sua condição de empregador e responsável pelo pagamento de pessoal, não encontra suporte na legislação de regência.

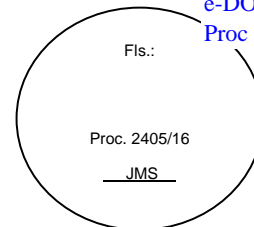
94. Isso, por que o referido benefício, criado de forma “temporária” para um determinado grupo de servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, ativos, inativos e pensionistas, bem como aos professores contratados temporariamente que se encontrarem em efetivo exercício, demonstra que não se trata de obrigação patronal. Pois se assim o fosse, não haveria razão para limitar o rol de beneficiados pelo pagamento de obrigação imposta por lei, na medida que os encargos patronais em relação ao pagamento de pessoal não podem ser seletivos, e sim, inerente a todos os servidores, tais como a contribuição previdenciária.

Sugestões

95. Conclui-se que são insubsistentes os argumentos de defesa trazidos ao feito, motivo pelo qual entende-se que os Pedidos de Reexame apresentados por Augusto Cesar José de Sousa, Paulo de Souza Mangueira Júnior, Guimarães Teles da Silva, Waléria Azevedo da Silva Rodrigues, Charles Ramon Vieira, Ana Beatriz Silva Carvalho, Josyra Sampaio, mediante representação legal, e Valdir Mendes Zica, no mérito, são improcedentes. Faz-se necessário, portanto, reiterar os termos da Decisão nº 4677/2015, especificamente quanto ao item II, letra “e.3.2”, das sugestões lançadas às fls. 49/51 do Relatório de Auditoria 11/2014⁵.

⁵ e) convoque:
(...)
e.3) os servidores/pensionistas:
(...)

e.3.2) **Augusto César José de Sousa**, matrícula nº 29, **Ana Beatriz Silva Carvalho**, matrícula nº 8107, **Charles Ramon Vieira**, matrícula nº 8090, **Guimarães Teles da Silva**, matrícula nº 372, **Rejane Louredo Barros**, matrícula nº 1406, **Waléria A. da Silva Rodrigues**, matrícula nº 8080, **Gabriela Barbosa de Faria**, matrícula nº 1247, **Josyra Sampaio**, matrícula nº 503, **Paulo de Souza Mangueira Júnior**, matrícula nº 630, e **Valdir Mendes Zica**, matrícula



Pelo exposto, sugere-se ao e. Tribunal:

- I.** negar provimento aos pedidos de reexame interpostos por **Augusto Cesar José de Sousa, Paulo de Souza Mangueira Júnior, Guimarães Teles da Silva, Waléria Azevedo da Silva Rodrigues, Charles Ramon Vieira, Ana Beatriz Silva Carvalho, Josyra Sampaio**, por meio de curadora, e **Valdir Mendes Zica**, contra a Decisão nº 4667/2015;
- II.** determinar à Secretaria-Geral de Administração/TCDF que:
 - a) dê continuidade às medidas, noticiadas no bojo do Processo nº 9757/2015, necessárias ao ressarcimento dos valores percebidos indevidamente pelos recorrentes a título de pró-saúde, no âmbito desta Corte de Contas, cumulados com auxílio-saúde, no âmbito da Secretaria de Estado de Educação, observada a prescrição quinquenal e descontados os valores que já tenham sido ressarcidos;
 - b) dê ciência aos interessados e, por meio de sua representante legal, à Sra. Josyra Sampaio, da decisão que vier a ser proferida no presente feito;
- III.** autorizar o retorno dos autos à SEFIPE para fins de arquivamento.

À consideração superior.

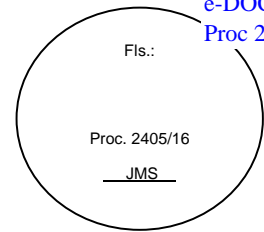
Brasília-DF, 15 de junho de 2016.

Jonato de Mesquita Silva
Assessor Técnico SEFIPE

nº 238, para optarem por ressarcir ao erário os valores percebidos indevidamente em um dos vínculos, observada a prescrição quinquenal e descontados os valores que já tenham sido ressarcidos; Grifamos



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
GABINETE



De conformidade com o pronunciamento supra, encaminho os autos à d. Procuradoria-Geral, nos termos do art. 1º, Inciso I, alínea 'b' da Resolução nº 140, de 13 de dezembro de 2001, com a redação dada pela Resolução nº 174, de 16 de maio de 2006.

Brasília-DF, 16 de junho de 2016.

SEBASTIÃO CAL DE MIRANDA